

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
CURSO DE LETRAS: PORTUGUÊS LITERATURAS

GÊNERO, LÍNGUA E SOCIEDADE: O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO NO
PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

MARIA FERNANDA NEGREIROS DE MELO

RIO DE JANEIRO – RJ

2025

MARIA FERNANDA NEGREIROS DE MELO

GÊNERO, LÍNGUA E SOCIEDADE: O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO NO
PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharela em Letras: Português-Literaturas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Victoriano
Belchor

RIO DE JANEIRO – RJ

2025

FOLHA DE AVALIAÇÃO

MARIA FERNANDA NEGREIROS DE MELO

DRE 121073441

GÊNERO, LÍNGUA E SOCIEDADE: O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO NO
PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharela em Letras: Português-Literaturas.

Data da avaliação: ____/____/____

Banca Examinadora:

NOTA: _____

Profa. Dra. Ana Paula Victoriano Belchor – Orientadora

Faculdade de Letras / Universidade Federal do Rio de Janeiro

NOTA: _____

Profa. Dra. Juliana Esposito Marins – Leitora Crítica

Faculdade de Letras / Universidade Federal do Rio de Janeiro

MÉDIA: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos meus pais, Paulo e Nadja, meus maiores apoiadores. Estar em uma universidade pública sempre foi um sonho, mas nunca uma cobrança deles. Sempre me deram liberdade para escolher meus caminhos e me apoiaram com amor e paciência. Finalizar este TCC na UFRJ é a realização de um sonho e também um reflexo do que aprendi sendo filha dos dois: autonomia e amor pelo conhecimento. Tudo o que faço é por causa deles e, principalmente, por eles.

Ao Gabriel, meu namorado, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo ajuda do jeito mais carinhoso possível, mesmo quando o seu universo das exatas esbarrava no meu mundo das humanas. Ele me acompanha desde o ensino médio, quando me explicava química antes da prova final, e agora tem a chance (e a paciência) de me ver concluir a graduação. Estendo os agradecimentos aos meus sogros, Fátima e Fernando, e à toda a família, por me acolherem e me tratarem como filha.

À minha família, minha base e meu porto seguro. Cresci cercada por pessoas ligadas à vida acadêmica, especialmente à UFRJ, e foi com elas que aprendi a valorizar a educação pública, o estudo e o conhecimento. Aos meus avós, Lélia, José Negreiros (*in memoriam*) – que partiu durante a escrita deste trabalho –, Maria da Glória (*in memoriam*) e José Ferreira (*in memoriam*). Aos meus dindos, Vladimir e Érika, e aos meus tios, Neusa (*in memoriam*), Thaís, Máslova, Pedro, Leandro, Carlos Eduardo, José Guilherme (*in memoriam*) e Sônia. Aos meus primos, Maria Eduarda, Theo, Maria Isabel, Luiz, José, Francisco, Rafael e Miguel. Cada um de vocês faz parte do que me tornei hoje.

À minha orientadora, Ana Paula Belchor, pela orientação atenta, pela paciência e por cada direcionamento que ajudou a transformar este trabalho no que ele é. Estendo os agradecimentos aos professores da Faculdade de Letras, que me acompanharam desde o primeiro período e formaram quem sou hoje, academicamente e pessoalmente.

Às minhas amigas, Marianna, Rafaela, Isabella, Luiza e Ana Clara, que sempre estiveram ao meu lado, celebrando cada conquista como se fosse delas. Crescemos juntas, atravessamos fases da vida e, de cada uma, levo um pedaço que me formou. Vocês são parte essencial do que sou hoje.

À minha equipe do FGV IBRE, que tem me acompanhado por quase dois anos e que me acolheu quando eu ainda era uma estagiária cheia de medo e incertezas. Em especial, agradeço à Joana Braconi, minha gestora, por apostar em mim desde o início, pela paciência e pela empatia em cada etapa, inclusive por compreender a intensidade desse momento do TCC e me permitir priorizar minha formação. Sua orientação sempre foi mais ampla do que o trabalho. E à Yasmim Flôres, minha colega e hoje dupla, obrigada por me guiar nos primeiros passos e por se tornar uma amiga de verdade ao longo do caminho.

E, por último, agradeço a Deus, não porque Ele vem depois, mas porque está em tudo que veio antes. Cada pessoa que mencionei aqui, cada escolha que fiz, cada porta que se abriu: nada disso seria meu sem Ele. Sou mais abençoada do que consigo admitir, e profundamente grata.

Dedico este trabalho ao meu avô materno, José Negreiros.

Quando eu era mais nova, ele já vivia o início de algumas falhas na memória, e sempre me pedia para fotografar a vista de casa, dizia que o morro ficava mais bonito a cada momento. Repetia que um dia deveríamos juntar aquelas imagens e transformá-las em um trabalho.

Vovô, não me tornei fotógrafa ou jornalista para publicar aquelas fotos, mas hoje, concluindo minha graduação em Letras, na Universidade que tem tanto a sua cara, dedico a você estas páginas. Que cada palavra escrita aqui seja também um pouco daquele morro que você me ensinou a olhar com carinho. E que o céu, onde você foi morar durante o processo de escrita deste trabalho, tenha uma vista bem mais bonita do que a que víamos diariamente da nossa janela.

RESUMO

Este trabalho investiga o processo de feminização das palavras na língua portuguesa, compreendendo-o como um fenômeno que atravessa tanto a estrutura gramatical quanto a história social do feminino. A pesquisa parte da análise das gramáticas tradicionais, que tratam o gênero de maneira normativa e predominantemente morfológica, e avança para a leitura de Mattoso Câmara Jr., cuja perspectiva estruturalista desmonta a associação entre gênero linguístico e sexo biológico. Em seguida, articula-se um percurso histórico baseado em Maria Rita Kehl e em estudos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, evidenciando como a representação feminina foi construída, controlada e posteriormente deslocada no espaço social. A partir desse contexto, o trabalho introduz a noção de indexicalização, discutida a partir de Michel Foucault e Alain Coulon, para compreender como as palavras ganham sentido no uso e como sua forma depende dos contextos sociais que as produzem. Por fim, analisam-se quatro casos emblemáticos de feminização – *pilota*, *gênia*, *ídola* e *presidenta* – observando de que modo essas formas revelam disputas simbólicas, resistências culturais e transformações identitárias. Conclui-se que a língua não apenas registra mudanças sociais, mas participa delas, funcionando como espaço de disputa e afirmação da presença feminina.

Palavras-chave: feminização; gênero gramatical; indexicalização; linguagem e sociedade; representação feminina.

ABSTRACT

This thesis examines the feminization of words in Brazilian Portuguese, understanding it as a phenomenon shaped both by grammatical structure and by the social history of women. The study begins with an analysis of traditional grammars, which approach gender in a normative and primarily morphological way, and then moves to the work of Mattoso Câmara Jr., whose structuralist perspective challenges the link between linguistic gender and biological sex. Drawing on Maria Rita Kehl and research on women's entry into the labor market, the thesis outlines how female representation has been constructed, controlled, and gradually transformed within society. Based on this social trajectory, the concept of indexicalization—discussed through Michel Foucault and Alain Coulon—is introduced to explain how linguistic forms acquire meaning through use and how their structure adapts to the contexts that produce them. Finally, four emblematic cases of feminization (*pilota*, *gênia*, *ídola*, and *presidenta*) are analyzed, revealing symbolic disputes, cultural resistance, and shifts in identity. The study concludes that language not only records social changes but actively participates in them, functioning as a site of negotiation and affirmation of women's presence.

Keywords: feminization; grammatical gender; indexicalization; language and society; female representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amelia Earhart na frente de um avião	13
Figura 2 - Marie Maynard Daly working in her lab, ca. 1960	14
Figura 3 - Nara Leão tocando violão, 1988	15
Figura 4 - Dilma Rousseff antes da entrevista	16
Figura 5 – Voto 342	17

Sumário

1	Introdução	1
2	O gênero gramatical na tradição normativa da língua portuguesa.....	2
3	Do essencialismo à estrutura: a contribuição de Mattoso Câmara Jr. para o estudo do gênero	5
4	O papel social da mulher e a consolidação do feminino.....	7
5	A inserção da mulher na sociedade e o reflexo na linguagem	9
5.1	A feminização da linguagem e o fenômeno da indexicalização.	10
5.2	A materialização da feminização nas formas linguísticas.....	12
6	Conclusão	18
	Referências	19

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos na língua portuguesa, é comum vir à mente a ideia de classificação: palavras organizadas em categorias, encaixadas em *caixinhas* gramaticais que atribuem número, função e principalmente gênero. Pensamos nas palavras marcadas como masculinas – *o professor, o médico, o ministro*, e naquelas reconhecidas como femininas – *a professora, a médica, a ministra*. Assim, à primeira vista, parece uma análise simples, com caráter morfológico. Porém, por trás dessas formas, temos séculos de história, convenções culturais e disputas simbólicas que vão além do domínio da língua.

O gênero gramatical, aparentemente neutro, revela-se uma das dimensões mais sensíveis da língua, pois nele se cruzam a estrutura formal e as representações sociais. Se, por um lado, a gramática normativa estabelece regras para a formação dos femininos, por outro, o uso cotidiano da língua mostra que tais formas estão em constante negociação, refletindo mudanças sociais, conquistas políticas e transformações culturais.

Nas últimas décadas, a presença crescente das mulheres em espaços de poder, como a política, o direito, a ciência e o esporte, tem provocado mudanças não só nas práticas sociais, mas também nas formas linguísticas. Expressões como *presidenta, juíza e pilota* tornaram-se símbolos dessa tentativa de fazer coincidir linguagem e realidade. A língua, portanto, não é um sistema estático, mas um organismo vivo que se ajusta às demandas de representação e reconhecimento.

Essa questão, porém, revela uma tensão persistente entre norma e uso. As gramáticas tradicionais, historicamente responsáveis por definir o “funcionamento correto” da língua, nem sempre acompanharam as transformações que o uso impôs. Enquanto a sociedade ampliava a presença feminina em diversas esferas, a tradição gramatical frequentemente se manteve presa a convenções herdadas de outros contextos. É nesse ponto de fricção, entre o que se prescreve e o que se diz, que a feminização das palavras se torna objeto de análise linguística e social.

Diante desse percurso, o trabalho desenvolve-se a partir de uma articulação entre descrição gramatical e análise social. Parte-se do exame das gramáticas tradicionais e da contribuição de Mattoso Câmara Jr., avança-se para a discussão do papel social da mulher e da noção de indexicalização, e, por fim, analisam-se casos emblemáticos de feminização no português contemporâneo, evidenciando as relações entre língua, uso e história.

2 O GÊNERO GRAMATICAL NA TRADIÇÃO NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Celso Cunha e Lindley Cintra tratam o gênero de forma sistemática e descritiva, concentrando-se nos processos de formação do feminino e nas regularidades estruturais da língua. Para eles, o gênero é uma categoria essencialmente morfológica, que organiza os substantivos em dois grupos: masculino e feminino, a partir de regras de flexão já conhecidas.

Os autores descrevem que os substantivos terminados em -o formam o feminino pela substituição dessa desinência por -a, como em *gato/gata* ou *lobo/lobo*. Também destacam outros processos produtivos, como a formação em -esa, -isa e -triz (*duque/duquesa*, *sacerdote/sacerdotisa*, *ator/atriz*), além das variações nos substantivos terminados em -ão, que geram femininos como -oa (*patrão/patroa*), -ã (*irmão/irmã*) e -ona (*solteirão/solteirona*). A análise desses padrões reforça uma lógica interna da língua, que a entende como um sistema organizado por regras de derivação e concordância.

Cunha e Cintra (2016) também chamam atenção para os substantivos que compartilham a mesma forma para ambos os gêneros, como *o artista / a artista* e *o estudante / a estudante*, nos quais a distinção é feita somente pelo artigo. Além disso, apresentam casos de variação lexical, como *cavalo/égua* e *homem/mulher*, em que o contraste de gênero não se dá pela forma, mas pelo léxico. Nesses exemplos, a preocupação principal dos autores é descrever os mecanismos formais da língua, sem estabelecer vínculos entre o gênero linguístico e as construções sociais que o atravessam.

O tratamento dado por Cunha e Cintra (2016) revela uma concepção de língua centrada na norma e na objetividade da descrição. Ao exporem as regras de formação do feminino, os autores demonstram a regularidade do sistema, mas também deixam claro, mesmo sem querer, como a gramática normativa tende a se afastar das transformações culturais que ocorrem fora dela.

Já na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima adota uma perspectiva mais tradicional, voltada à fixação de regras e ao estabelecimento do “bom uso” da língua. Embora seu foco seja essencialmente normativo, o autor reconhece que o uso social desempenha um papel importante na consolidação das formas linguísticas, inclusive das femininas.

Rocha Lima (2011) descreve os processos regulares de formação do feminino, como a substituição da desinência -o por -a (*lobo/lobo*), e destaca também a produtividade de sufixos

como *-esa*, *-essa* e *-isa* (*barão/baronesa*, *conde/condessa*, *sacerdote/sacerdotisa*). Além dessas formações, o autor menciona outros mecanismos, como a substituição da vogal temática *-e* por *-a* (*mestre/mestra*) e o acréscimo de *-a* após consoante final (*pastor/pastora*). Ele também registra casos de derivação, como *ator/atriz* e *imperador/imperatriz*, em que a variação não se limita à flexão, mas envolve a criação de novo vocábulo. Essa enumeração sistemática evidencia a tentativa do autor de abarcar a diversidade das formas sem romper com o modelo clássico da tradição gramatical.

Apesar de seu caráter normativo, Rocha Lima (2011) reconhece que o uso consagrou femininos antes considerados irregulares, como *infanta*, *parenta* e *presidenta*. Ele também observa que certas palavras vacilam entre dois gêneros, como o *grama* e a *grama*, mostrando que a prática linguística pode se sobrepor à prescrição. Ao citar exemplos como *juíza*, *senadora* e *heroína*, o autor demonstra que, mesmo em uma gramática voltada à correção, há espaço para o registro de mudanças que se afirmam pelo costume.

O modo como Rocha Lima (2011) lida com o gênero gramatical revela um equilíbrio entre a defesa da norma e a constatação de que o uso é a força que instancia, legitima a língua. Suas observações indicam que a gramática normativa se molda às transformações culturais e sociais que emergem no cotidiano dos falantes, e não só impõe regras.

Por sua vez, Evanildo Bechara, em *Moderna Gramática Portuguesa*, apresenta uma abordagem que ultrapassa o limite puramente estrutural das gramáticas anteriores. Embora também parta da descrição do gênero como categoria morfológica, o autor reconhece que a língua não existe fora da sociedade e, por isso, está sujeita às transformações históricas e culturais que moldam o comportamento dos falantes. É justamente nessa perspectiva que sua análise se torna particularmente relevante para a compreensão do processo de feminização das palavras.

Bechara (2009) observa que, ao longo da história, o gênero dos substantivos não permaneceu fixo: palavras que eram femininas tornaram-se masculinas e vice-versa. Essa variação histórica, segundo o autor, reflete o dinamismo próprio da língua, que se reorganiza conforme o uso e o contexto. Um dos campos em que esse processo se torna mais evidente é o das profissões, tradicionalmente associadas ao universo masculino. A ampliação da presença das mulheres em atividades públicas e cargos de prestígio fez surgir novas necessidades de nomeação, levando a língua a criar e a consolidar formas femininas que antes não existiam.

Nesse contexto, Bechara (2009) apresenta exemplos de femininos já consagrados, como *mestra*, *médica*, *advogada*, *engenheira* e *juíza*, que hoje são empregados de maneira natural. Em outros casos, como *embaixadora* e *embaixatriz*, ele mostra que a língua ainda preserva

distinções herdadas de um modelo social hierárquico, no qual a função feminina era frequentemente definida pela posição do homem. Os dois últimos exemplos ilustram bem a convivência, na própria língua, entre formas modernas, que refletem a autonomia da mulher, e formas tradicionais, que ainda carregam traços de dependência semântica.

Bechara (2009) também observa que nem toda forma feminina é aceita com facilidade. Termos como *chefa* ou *caba*, embora morfologicamente regulares, muitas vezes adquirem conotações pejorativas. Esse fenômeno, segundo o autor, não é linguístico em si, mas cultural: a resistência ao uso dessas palavras revela o peso das relações de poder que atravessam a língua. Assim, a consolidação de um dado não depende apenas de sua regularidade formal, mas também da disposição social para reconhecê-lo como legítimo.

Ao reconhecer o papel do uso como força determinante na fixação das formas linguísticas, Bechara (2009) aproxima a gramática normativa da vida social. A língua, em sua visão, é um organismo que se transforma com a experiência coletiva, acompanhando as mudanças de mentalidade e comportamento. Quando o autor destaca que certas formas “vingam” enquanto outras “não se firmam”, ele antecipa o que hoje entendemos como indexicalização, a ideia de que toda forma linguística está situada em um contexto social e carrega consigo valores e identidades. Essa percepção de Bechara (2009) ajuda a compreender que as palavras femininas não são apenas expressões formais, mas também produtos de um movimento histórico em que a língua se ajusta à realidade social que tenta nomear.

3 DO ESSENCIALISMO À ESTRUTURA: A CONTRIBUIÇÃO DE MATTOSO CÂMARA JR. PARA O ESTUDO DO GÊNERO

Após observarmos como as gramáticas tradicionais tratam o gênero de forma predominantemente normativa e descritiva, é possível notar a ausência de uma reflexão mais profunda sobre os fundamentos dessa classificação. As gramáticas limitam-se, em geral, a registrar as formas, sem questionar os critérios que sustentam a oposição entre masculino e feminino na estrutura da língua. É justamente nesse ponto que Mattoso Câmara Jr. surge como um marco na linguística brasileira ao propor uma análise estrutural do gênero, rompendo com a visão essencialista que predominava até então.

Em *Estrutura da Língua Portuguesa*, Camara Jr. (1999) foi o primeiro linguista brasileiro a questionar de maneira sistemática a coerência da distribuição de gênero feita pela tradição gramatical. Segundo o autor, “as divisões das nossas gramáticas a respeito do que chamam inadequadamente ‘flexão de gênero’ são inteiramente descabidas e perturbadoras na exata descrição gramatical” (CÂMARA JR., 1999). Com essa crítica, o autor rompe com o tratamento puramente classificatório dado ao gênero, defendendo que o problema não está nas categorias em si, mas na forma como as gramáticas normativas confundem forma linguística com noções extralinguísticas, como o sexo biológico ou os valores culturais atribuídos aos seres nomeados.

A partir dessa perspectiva, ele argumenta que a associação entre gênero linguístico e sexo biológico é incorreta, pois o gênero é uma categoria estrutural, pertencente ao funcionamento interno da língua, e não uma característica natural dos seres ou objetos nomeados. Para Camara Jr. (1999), a língua organiza-se por meio de oposições formais, e a distinção entre masculino e feminino é apenas uma dessas oposições, não uma representação simbólica do mundo real.

O autor ilustra essa independência ao mencionar palavras como *a vítima*, *a criança* e *a pessoa*, que, embora femininas gramaticalmente, podem designar indivíduos de qualquer sexo. Esses exemplos desmontam a ideia de que o gênero gramatical reflete necessariamente o sexo do referente. Camara Jr. (1999) distingue, assim, gênero gramatical e gênero biológico, defendendo que o primeiro é um mecanismo de concordância; e o segundo, uma característica extralinguística.

Outra contribuição fundamental de Camara Jr. (1999) é sua crítica à confusão entre flexão e derivação nas gramáticas tradicionais. Ele mostra que a flexão é uma variação interna da palavra, enquanto a derivação cria novos vocábulos. Formas como imperador e imperatriz

não são simples flexões, mas palavras derivadas, por resultarem da adição de um novo sufixo (-triz), alterando sua estrutura. Ao distinguir esses processos, o autor reforça a necessidade de uma análise científica, capaz de separar as observações linguísticas das associações simbólicas e morais herdadas da tradição.

Camara Jr. (1999) também observa que o gênero é um traço formal que se distribui entre os nomes, assim como os tempos verbais ou o número. O masculino funciona como a forma não-marcada, enquanto o feminino representa uma marca de especialização, usada para criar contraste no sistema linguístico. Essa oposição, portanto, não carrega valor hierárquico, mas apenas distinção funcional, embora, na prática social, o masculino tenha sido historicamente interpretado como neutro e dominante.

Por fim, o autor critica o modo como as gramáticas antigas atribuíam sentidos emocionais ou simbólicos ao gênero das palavras, associando o masculino à força, racionalidade e vigor; e o feminino, à fragilidade e delicadeza. Para ele, essa leitura é extralinguística e imprecisa, ao transferir valores culturais à estrutura da língua. Sua análise devolve ao estudo da morfologia um caráter objetivo, revelando que o sistema de gênero do português é, antes de tudo, uma construção funcional e convencional, e não um espelho da realidade biológica.

4 O PAPEL SOCIAL DA MULHER E A CONSOLIDAÇÃO DO FEMININO

Desde os primórdios da humanidade, as mulheres ocuparam posições determinadas por critérios biológicos e sociais que se misturavam de forma quase indissociável. Nos grupos humanos mais antigos, a função reprodutiva e o cuidado com a sobrevivência coletiva foram suficientes para associar o feminino à ideia de nutrição, abrigo e continuidade da espécie, enquanto o masculino era relacionado à força, à caça e ao domínio do espaço externo. Essa divisão inicial, moldada por necessidades práticas, acabou se convertendo, com o passar dos séculos, em um modelo de organização que amarrou o feminino à ideia de dependência e domesticidade.

Com o avanço das civilizações e, especialmente, a partir dos séculos XVIII e XIX, essa estrutura ganhou novas formas sob a influência do pensamento burguês europeu. A ascensão da burguesia e o fortalecimento das esferas pública e privada instauraram uma “obsessão” em definir o que era “ser mulher”, fixando sobre o corpo e o comportamento femininos um conjunto de regras e expectativas que pretendiam parecer naturais. Como aponta Maria Rita Kehl, em *Deslocamentos do feminino* (1998), a cultura moderna transformou o feminino em um objeto de vigilância e controle, convertendo diferenças biológicas em argumentos morais e sociais. O que se chamava de “natureza feminina” era, na verdade, o resultado de um projeto de dominação que limitava a mulher ao espaço privado e ao papel materno. Ela afirma:

“A cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi o de promover uma perfeita adequação entre mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade. A ideia de que as mulheres formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes, aparece nesses discursos em aparente contradição com outra ideia, bastante corrente, de que a “natureza feminina” precisaria ser domada pela sociedade e pela educação [...]” (KEHL, 1998: 47)

A contradição desse modelo se torna evidente quando pensamos que se, por um lado, a mulher era vista como naturalmente dócil, maternal e moralmente superior; por outro, essa mesma natureza precisava ser vigiada e contida, para garantir que permanecesse nos limites esperados: o lar, a maternidade, o silêncio. Kehl (1998) explica que a cultura burguesa produziu um ideal de feminilidade que se pretendia espontâneo, mas que era, de fato, um produto de controle e submissão.

A Revolução Francesa, ao mesmo tempo em que proclamava liberdade e igualdade, reforçou esse paradoxo. A presença das mulheres nas ruas e nos debates políticos causou desconforto, inclusive entre os pensadores iluministas, que viam na emancipação feminina uma

ameaça à estabilidade social. Jean-Jacques Rousseau, em *Emílio, ou Da Educação* (1762), é um dos principais representantes desse pensamento. Em sua obra, defende que a mulher deveria ser educada para a doçura, a modéstia e a submissão, apresentando-a como o oposto complementar do homem. Para ele, enquanto os homens seriam guiados pela razão e pelo domínio dos impulsos, as mulheres seriam movidas pela sensibilidade e pelos desejos, devendo ser contidas pela moral e pela educação para cumprir seu “destino natural” de esposas e mães. Kehl (1998) destaca:

“Em Rousseau só existe uma mulher: esta mulher. Trata-se de aconselhar os pais sobre como educar sua jovem filha para ser uma Sofia, isto é: para ser Mulher. A educação de Emílio tem por finalidade a expansão de uma série de atributos do homem — a força, o caráter, o intelecto, os talentos, o conhecimento. Já a de Sofia se dá numa direção restritiva. Ela deve receber somente o essencial do mundo da cultura e desenvolver em sua personalidade apenas o necessário para não interferir em sua virtude essencial, que é a da modéstia.” (KEHL, 1998: 58)

Essa visão ecoa em outros autores da época, como Pierre Roussel, em *Système physique et moral de la femme* (1775), que defende que a mulher seria guiada pela emoção e destinada à maternidade e à vida doméstica. Como observa Kehl (1998), esse tipo de discurso transformou a diferença biológica em destino social, reforçando a ideia de que o papel feminino era natural e, portanto, incontestável. Mesmo quando as mulheres começaram a ocupar espaços públicos e a questionar sua exclusão, o discurso dominante insistia em redefinir seus limites.

Enquanto a razão era exaltada como marca da humanidade e, portanto, do homem, a mulher era reduzida à sua função biológica, vista como o oposto da racionalidade. Essa divisão, apresentada como natural, serviu para justificar a exclusão feminina da esfera pública e consolidar o espaço doméstico como seu destino “legítimo”. É essa lógica, construída historicamente e reforçada pela linguagem, que Kehl (1998) denomina “encenação do feminino”, um papel socialmente imposto, que a mulher deve representar para corresponder às expectativas da sociedade.

5 A INSERÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE E O REFLEXO NA LINGUAGEM

A partir do século XX, o cenário social começou a se transformar. As guerras mundiais e a crescente industrialização alteraram o modo de vida e o papel social das mulheres, que passaram a ocupar espaços antes restritos aos homens. A necessidade de mão de obra durante os períodos de conflito levou muitas delas a exercer funções no comércio, na indústria e nos serviços, rompendo, ainda que de maneira gradual, as fronteiras que as mantinham confinadas ao espaço doméstico.

Como apontam Querino, Domingues e Luz (2013), no artigo “A evolução da mulher no mercado de trabalho”, esse movimento foi determinante para a redefinição do lugar feminino na sociedade. As autoras destacam que “tudo começou com a Primeira Guerra Mundial, quando elas tiveram que ir à busca do sustento da família enquanto seus companheiros foram para a guerra”, mostrando que o ingresso das mulheres no mundo do trabalho foi, inicialmente, uma resposta à necessidade, mas acabou se tornando um caminho para a autonomia.

No Brasil, esse processo se intensificou a partir da metade do século XX, com a urbanização, a industrialização e o avanço da escolarização feminina. As mulheres começaram a conquistar espaço no mercado de trabalho e, aos poucos, a ocupar funções de maior prestígio social. Pesquisas citadas por Querino *et al.* (2013), baseadas em estudos de Cristina Bruschini, indicam que a participação feminina na população economicamente ativa cresceu de 18,2% em 1970 para 39,2% em 1990. Esse avanço, porém, não eliminou imediatamente as desigualdades de gênero. Se por um lado houve maior inserção feminina no mercado e ampliação do acesso à educação, por outro, estruturas tradicionais continuaram a influenciar a divisão sexual do trabalho. É nesse sentido que as autoras observam:

“Nas sociedades em geral, podemos citar o Brasil como exemplo, onde sobressaem as relações de gênero assimétricas e hierárquicas, que se manifestam tanto no âmbito profissional quanto nas relações familiares. Apesar das mudanças do mundo, ainda destinam às mulheres as atividades, tais como os cuidados com a casa e com a família, enquanto aos homens cabe o papel de provedor de sua família” (QUERINO; DOMINGUES; LUZ, 2013: 6).

Essa observação demonstra que a ampliação da presença feminina na esfera pública não foi suficiente para eliminar as marcas da desigualdade social e simbólica herdadas da tradição patriarcal, uma desigualdade que também se reflete nas formas linguísticas e nos modos de nomear o feminino.

A presença feminina no espaço público, especialmente no ambiente profissional, passou a confrontar diretamente a lógica histórica de exclusão e submissão. O trabalho, que antes era

considerado uma ameaça à moral feminina, tornou-se um símbolo de autonomia e reconhecimento. Essa transição não ocorreu sem resistência: o imaginário social continuava a associar a mulher ao cuidado e à sensibilidade, mesmo quando ela ocupava funções de poder ou de liderança. Ainda assim, esse deslocamento representou um passo decisivo na construção de uma nova identidade feminina, uma identidade que buscava se afirmar não apenas no mundo social, mas também na linguagem.

5.1 A FEMINIZAÇÃO DA LINGUAGEM E O FENÔMENO DA INDEXICALIZAÇÃO.

As transformações sociais que ampliaram a presença feminina na esfera pública também repercutiram no modo como a realidade passou a ser representada pela língua. A linguagem, ao longo da história, acompanhou as mudanças culturais e simbólicas, revelando-se não apenas como meio de comunicação, mas como um espaço onde se constroem e se reproduzem as relações de poder.

Em *As palavras e as coisas*, edição de 1999, Michel Foucault analisa a linguagem como parte do sistema que organiza o saber humano. Ele mostra que cada época da história, ou cada *épistémè*, como denomina, estabelece um modo particular de ordenar o mundo, definindo o que é possível conhecer, nomear e representar. A língua, nesse contexto, deixa de ser só um instrumento passivo e se mostra um dispositivo ativo que estrutura o pensamento e determina o que pode ser dito.

Para Foucault (1999), as palavras e as coisas mantêm uma relação histórica, e essa relação muda conforme as formas de saber que dominam cada período. A linguagem é, assim, o lugar onde o conhecimento e o poder se articulam: ela classifica, distingue e hierarquiza o mundo. Ao nomear, a língua cria fronteiras simbólicas e institui valores. Por isso, o modo como designamos o masculino e o feminino não é neutro, uma vez que expressa uma forma histórica de pensar e organizar as diferenças.

Sob essa ótica, o masculino, durante séculos, foi tomado como medida universal da linguagem, o ponto de referência a partir do qual se definiam as outras categorias. O feminino, ao contrário, aparecia como o “marcado”, o particular, o desvio em relação à norma. Essa assimetria reflete o que Foucault identifica como a função classificatória da linguagem: ela não apenas descreve o real, mas o produz, fixando os lugares simbólicos de cada sujeito.

Assim, o surgimento e a consolidação de novas formas femininas podem ser vistos como parte de um processo de reconfiguração discursiva. Ao introduzir novas designações, a língua

rompe com as categorias herdadas e desloca o centro do poder simbólico. Cada nova palavra feminina é, nesse sentido, um gesto que desafia a ordem linguística estabelecida, uma tentativa de reescrever as fronteiras do dizível e de afirmar novos modos de existir na língua.

Se Foucault (1999) revela a linguagem como um sistema que estrutura o saber e o poder, a noção de indexicalização, desenvolvida no campo da etnometodologia, aprofunda esse olhar ao mostrar que o sentido das palavras não é fixo nem universal, mas construído localmente, nas interações sociais e nos contextos em que os sujeitos se inserem. A linguagem, nesse sentido, não é um espelho do mundo, mas um espaço de produção de sentido situado, que depende da posição, da história e das intenções de quem fala e de quem escuta.

Segundo Alain Coulon, em *L'ethnométhodologie* (1995), a vida social se constitui por meio da linguagem. Não a linguagem abstrata dos gramáticos, mas a linguagem da vida cotidiana, usada para agir, negociar, ensinar, mentir ou persuadir. É nesse uso comum que a etnometodologia encontra o seu ponto de partida. As palavras, para Coulon (1995), são indiciais, isto é, o seu significado está sempre indexado a uma situação específica:

“Embora uma palavra tenha uma significação trans-situacional, tem igualmente um significado distinto em toda situação particular em que é usada. Sua compreensão profunda passa por “características indicativas” e exige dos indivíduos que “vão além da informação que lhes é dada.” (COULON, 1995: 26).

Essa indicialidade, ou incompletude natural da linguagem, faz com que as palavras só adquiram sentido pleno no contexto de produção, quando são “indexadas” a uma experiência social, a uma biografia e a uma intenção. Assim, compreender uma palavra não é apenas entender sua definição dicionarizada, mas reconstruir o horizonte situacional que a envolve. Como observa o autor, a significação depende de elementos como a história do falante, sua intenção imediata, a relação com o interlocutor e o curso anterior da conversação.

Coulon (1995) amplia essa reflexão ao afirmar que a indicialidade não se restringe a pronomes ou advérbios dêiticos (*eu, aqui, agora*), mas atravessa toda a linguagem comum. Cada expressão, por mais objetiva que pareça, carrega uma margem de incompletude que só se preenche no momento da enunciação. A compreensão é, portanto, uma atividade interpretativa: cada sujeito precisa “ir além da informação que lhe é dada” para reconstruir o sentido (COULON, 1995, p. 26-27).

Essa perspectiva rompe com a ideia tradicional de uma língua estável, homogênea e neutra. Ela mostra que o significado é sempre relacional e performativo, pois cada uso reconfigura o sentido da palavra e reinscreve nela os valores, identidades e relações de poder

do contexto social. Assim, falar é sempre agir: toda escolha linguística reflete uma posição no mundo, um ponto de vista, uma pertença.

Quando aplicamos esse olhar ao fenômeno da feminização linguística, percebemos que o surgimento e a consolidação de novas formas femininas não resultam apenas de processos gramaticais previsíveis, mas de transformações nas práticas discursivas e nos modos de interação social. Palavras como *bombeira*, *sargenta* ou *presidenta* não apenas nomeiam ocupações, mas situam socialmente quem as pronuncia e quem as recebe, sinalizam o reconhecimento de novos lugares de fala e de novas identidades em circulação.

Em termos etnometodológicos, poderíamos dizer que o uso dessas formas funciona como um ato indexical: ele indica, em cada contexto, uma tomada de posição. Ao empregar uma forma feminina para designar uma mulher em posição de poder, o falante não está apenas descrevendo um fato, está atualizando um valor social e simbólico que redefine o que pode ser dito e reconhecido na língua.

Como afirma Coulon (1995), “a inteligibilidade de nossos diálogos, mais do que sofrer por sua natureza indicial, dela depende” (1995, p. 30). Isso significa que a compreensão mútua entre os falantes, e, por extensão, o próprio funcionamento social da linguagem, dependem dessa capacidade de interpretar os sentidos no contexto. A feminização, portanto, não é apenas um fenômeno morfológico: é uma manifestação concreta dessa dinâmica indexical, em que a língua responde às transformações sociais e, ao mesmo tempo, as produz.

Nesse sentido, cada nova forma feminina que se firma no uso cotidiano representa um deslocamento simbólico, um indício de que as fronteiras entre o masculino e o feminino estão sendo renegociadas dentro da própria estrutura discursiva. A indexicalização revela, assim, que a língua é o espaço privilegiado onde essas disputas se tornam visíveis e onde o social, o histórico e o simbólico se entrelaçam na construção dos sentidos.

5.2 A MATERIALIZAÇÃO DA FEMINIZAÇÃO NAS FORMAS LINGUÍSTICAS

O surgimento de novas formas linguísticas não acontece no vazio. Ele é consequência direta das mudanças sociais que pedem à língua novos modos de nomear. Assim, *pilota* não surgiu apenas por uma questão morfológica, mas porque, historicamente, as mulheres passaram a ocupar o espaço dos *cockpits*¹, antes reservado apenas aos homens.

¹ Área de comando de um veículo (geralmente um avião ou carro de corrida) ou a um sistema de monitoramento e interface de servidor.

Como explica Ricardo Cavaliere, linguista e membro da Academia Brasileira de Letras, “a língua responde às transformações sociais: quando as mulheres passam a exercer profissões antes masculinas, é natural que se busquem formas femininas para nomeá-las” (CAVALIERE, 2022, ABL na mídia – Aeroflap). O processo é simples do ponto de vista estrutural, a troca da desinência -o por -a, mas complexo do ponto de vista simbólico.

A comandante Carla Azevedo, da Azul Linhas Aéreas, relatou que já foi criticada por usar o termo a *pilota*. As reações negativas, que classificam o uso como “errado” ou “forçado”, revelam que o incômodo não está na gramática, mas no próprio ato de nomear uma mulher em posição de poder. A resistência, portanto, é social, não linguística, uma vez que, desde os feitos de Amelia Earhart (1897-1937), a presença feminina não pode ser considerada propriamente uma novidade no âmbito da aviação (cf. figura 1).

Figura 1 - Amelia Earhart ² na frente de um avião.



Fonte: Wikimedia Commons

Sob a ótica da indexicalização, *pilota* é um caso emblemático: a palavra só ganha sentido porque é indexada a uma nova realidade social – a presença das mulheres na aviação. Antes disso, a forma não tinha função nem necessidade. A língua, nesse sentido, reage à mudança do mundo, ajustando-se para representar sujeitos que antes não eram nomeáveis.

Como observa Coulon (1995), “as palavras só ganham seu sentido completo no contexto de produção”. *Pilota* carrega, então, não apenas um traço morfológico, mas também um

² Amelia foi a pioneira da aviação dos Estados Unidos, autora e defensora dos direitos das mulheres.

significado histórico e simbólico, o de reconhecer, pela linguagem, um espaço que agora pertence também às mulheres.

Se *pilota* nasceu da presença das mulheres em uma profissão historicamente masculina, *gênia* e *ídola* surgem da mesma necessidade de representação, mas em outros campos: o intelectual e o artístico. Até muito recentemente, as mulheres raramente ocupavam o papel de referência nesses espaços. O *gênio* e o *ídolo* eram quase sempre homens.

Como observa Sérgio Rodrigues, em sua coluna Sobre Palavras, na Revista *Veja*, “gênio e ídolo são substantivos sobrecomuns, sem flexão de gênero”, e o uso de *gênia* e *ídola* aparece como “desvios conscientes e lúdicos dos falantes”, que respondem ao desejo de incluir o feminino em campos antes negados a ele (RODRIGUES, 2017, VEJA).

Essas formas mostram que a língua se adapta quando a realidade muda. *Gênia* só passou a circular com naturalidade à medida que mulheres começaram a ser reconhecidas como intelectuais, cientistas, pensadoras, figuras dignas de admiração pela inteligência, e não apenas pela beleza ou sensibilidade. O mesmo vale para *ídola*, que emerge no contexto da cultura pop, quando as mulheres passaram a ser também objetos de devoção pública, com legiões de fãs.

Figura 2 - Marie Maynard Daly³ working in her lab, ca. 1960



Fonte: Spartanburg Science Center, 2020

³ Foi a primeira mulher negra a obter um doutorado em química nos Estados Unidos.

Figura 3 - Nara Leão tocando violão⁴, 1988.



Foto por: Ricardo Chvaicer (Ricardo Chvaicer/divulgação)

Do ponto de vista da indexicalização, essas formas são exemplos claros de como a língua acompanha a história social. Elas não nascem da norma, mas do uso, e seu sentido depende do contexto de quem as diz e de quem as ouve. Dizer minha *gênia* ou *ídola* do pop é um gesto que indexa não apenas o feminino, mas uma postura afetiva e política de reconhecimento.

Assim como *pilota*, também *gênia* e *ídola* mostram que a língua se move quando a sociedade se move. Cada nova presença feminina em espaços antes masculinos cria uma necessidade linguística: nomear é também reconhecer.

Por fim, o caso de *presidenta* talvez seja o exemplo mais emblemático da feminização contemporânea. Assim como as demais formas, ela surge não apenas por uma possibilidade linguística, mas pela necessidade social de nomear uma realidade inédita: a presença de uma mulher na presidência da República.

⁴ Nara Leão, cantora brasileira dos anos 60, ficou conhecida por sua voz delicada e pela influência decisiva na Bossa Nova, carregando uma legião de fãs até hoje.

Figura 4 - Dilma Rousseff antes da entrevista.



Fonte: Carlos Rosillo

Quando Dilma Rousseff assumiu o cargo em 2011, o debate sobre a legitimidade da palavra reacendeu com força. Muitos argumentavam que o correto seria *a presidente*, sob o pretexto de que presidente seria um substantivo de dois gêneros. No entanto, como lembra o linguista Carlos Alberto Faraco, “o uso de *presidenta* tem base histórica sólida: é anterior à forma masculina, atestado em textos desde o século XIX” (Portal Catarinas, 2021). Ou seja, a forma já existia, o que faltava era o contexto social que a tornasse relevante.

A polêmica, portanto, não era linguística, mas política. *Presidenta* se tornou um símbolo de disputa ideológica, onde parte da resistência ao termo expressava também uma resistência à própria ocupação feminina do cargo. Como observa a linguista Maria Célia Lima-Hernandes, a rejeição à forma feminina não se explica por regras da gramática, mas pelo “incômodo simbólico diante da mulher que nomeia e é nomeada no poder” (Catarinas, 2021).

Essa disputa se refletiu não apenas na linguagem, mas na forma como Dilma Rousseff foi tratada ao longo de seu governo. A insistência dela em ser chamada de *presidenta* simbolizava uma luta maior, o direito de ser levada a sério em um espaço historicamente masculino. Sua trajetória foi marcada por ataques misóginos e pela tentativa constante de deslegitimar sua autoridade, culminando em um processo de *impeachment* conduzido majoritariamente por homens, cujos votos, em muitos casos, vinham acompanhados de discursos violentos e moralistas. O combate à palavra se confundia com o combate à mulher que ela representava.

Figura 5 – Voto 342



Fonte: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Do ponto de vista da indexicalização, *presidenta* é um exemplo claro de como o significado de uma forma depende do seu contexto de uso. Durante séculos, a palavra não teve função prática porque o referente, uma mulher presidente, não existia. Foi a realidade social que ativou a necessidade da forma e, com ela, um novo valor discursivo. A palavra se tornou índice de uma mudança histórica, refletindo o deslocamento da mulher para o centro do espaço político.

Mais do que uma questão de desinência, *presidenta* representa o momento em que a língua acompanha o avanço da sociedade. Sua existência confirma que a linguagem é, como afirma Coulon (1995), “um organismo que só ganha sentido pleno no contexto da interação”. Nesse caso, a interação é histórica: é o encontro entre a forma e o fato, entre o nome e o acontecimento.

6 CONCLUSÃO

A trajetória percorrida ao longo deste trabalho buscou compreender como a língua portuguesa registra, resiste e se transforma diante das mudanças sociais. A análise das gramáticas tradicionais revelou uma visão normativa do gênero, marcada pela tentativa de classificar e fixar formas. Com Mattoso Câmara Jr., esse olhar se deslocou para uma perspectiva estrutural, que desfez a associação direta entre gênero linguístico e sexo biológico. A partir de Maria Rita Kehl, possibilitou perceber que a linguagem não está alheia à história, mas expressa e perpetua construções sociais sobre o feminino, que, por séculos, limitaram a presença da mulher à esfera privada.

Ao longo dos séculos, as mudanças na posição social da mulher provocaram não apenas transformações culturais, mas também linguísticas. Foi nesse movimento que a feminização das palavras se consolidou como um fenômeno de visibilidade, um reflexo da luta feminina por reconhecimento. A partir da teoria da indexicalização, compreendeu-se que toda forma linguística é situada: ela nasce de um contexto e carrega consigo valores, ideologias e identidades. Assim, *pilota*, *gênia*, *ídola* e *presidenta* não portam meras marcações morfológicas de gênero feminino, uma vez que são responsáveis por expressões de realidades novas que a língua precisou nomear.

Essas palavras surgem, portanto, como marcas simbólicas de um tempo em que a mulher deixou de ser apenas referida para tornar-se sujeito da enunciação. A língua, que, durante séculos, serviu para reiterar hierarquias, torna-se agora um campo de disputa e afirmação. O caso de *presidenta*, consolidado na figura de Dilma Rousseff, sintetiza essa mudança: o direito de ser nomeada no feminino não é apenas uma questão de forma, mas de reconhecimento histórico e político.

Em última instância, este trabalho indicou que a feminização das palavras é um gesto de resistência e transformação. Ao adaptar-se às novas realidades sociais, a língua reafirma sua vitalidade e sua função simbólica: ela não apenas descreve o mundo, mas o recria. O gênero gramatical, quando analisado à luz da história e da indexicalização, revela-se como um espelho das relações de poder e como um instrumento de mudança. A presença de formas femininas na língua é, portanto, o testemunho de uma conquista, a de poder dizer e ser dita no feminino.

REFERÊNCIAS

- Aeroflap. (11 de Dezembro de 2023). *ABL na mídia - Aeroflap - A pilota ou a pilotO?* Fonte: **Academia Brasileira de Letras**: <https://www.academia.org.br/noticias/abl-na-midia-aeroflap-pilota-ou-piloto>
- Bechara, E. (2009). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Camara Jr., J. M. (1999). *Estrutura da Língua Portuguesa* (30ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Coulon, A. (1995). *L'ethnométhodologie*. Petrópolis: Vozes.
- Cunha, C., & Cintra, L. (2016). *Nova gramática do português contemporâneo: de acordo com a nova ortografia* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital.
- Focault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (8ª ed.). São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Kehl, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lima, R. (2011). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (49ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Querino, L. C., Domingues, M. D., & da Luz, R. C. (2013). **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. *Revista Eletrônica dos Discentes da Faculdade Eça de Queirós*, 32.
- Redação Catarinas. (12 de Agosto de 2016). *“Presidenta” em português é mais antigo que “a presidente”*. Fonte: Portal Catarinas: <https://catarinas.info/presidenta-em-portugues-e-mais-antigo-que-presidente/>
- Rodrigues, S. (14 de Janeiro de 2015). *‘Gênia’ e ‘ídala’ são palavras aceitáveis?* . Fonte: Veja: <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/genia-e-idala-sao-palavras-aceitaveis/>
- Rousseau, J.-J. (1979). *Emílio, ou Da Educação* (3ª ed.). São Paulo: Difel.
- Roussel, P. (1775). *Système physique et moral de la femme*. Paris: A Paris, Chez Vincent, imprimeur-libraire.
- Silva, W. A. (2014). **A intersubjetividade dos processos docentes, análise do discurso**. *Revista Oricuri*, 31.